

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

THALYSON ANDRÉ LOPES SOUSA

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: AÇÕES DE COMBATE AO CONSUMO DE
DROGAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PELO BATALHÃO DE
POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO**

São Luís

2022

THALYSON ANDRÉ LOPES SOUSA

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: AÇÕES DE COMBATE AO CONSUMO DE
DROGAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PELO BATALHÃO DE
POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, para o grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: CEL QOPM Aritanã Lisboa do Rosario

São Luís

2022

Sousa, Thalyson André Lopes.

Policiamento comunitário: ações de combate ao consumo de drogas no Centro Histórico de São Luís pelo Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão / Thalyson André Lopes Sousa. – São Luís, 2022.

51 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Cel. QOPM Aritanã Lisboa de Rosário.

1. Policiamento comunitário. 2. Consumo de drogas. 3. Interação sociedade – polícia militar. I. Título.

CDU: 355.4:343.575(812.1)

THALYSON ANDRÉ LOPES SOUSA

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: AÇÕES DE COMBATE AO CONSUMO DE
DROGAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS PELO BATALHÃO DE
POLÍCIA MILITAR DE TURISMO DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de
Formação de Oficiais da Universidade
Estadual do Maranhão para obtenção do grau
de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

CEL QOPM Aritanã Lisboa do Rosario (Orientador)

Polícia Militar do Maranhão

Prof. Me. Marcelo de Carvalho Lima

Universidade Estadual do Maranhão

Cel QOPM José Maria Honório Carvalho Filho

Polícia Militar do Maranhão

“Segurança pública, educação e saúde são os postes que iluminam uma nação que pretende caminhar para o desenvolvimento”.

Léo da Silva Alves

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos meus pais Isnatal e Socorro, que sempre me apoiaram e colocaram como prioridade em suas vidas a educação dos seus filhos, ao meu irmão Guilherme que mesmo sendo mais novo sempre uma referência de esforço e disciplina, ao meu avô Pedro que sacrificou tudo o que tinha para dar educação ao meu pai, a Polícia Militar do Maranhão onde eu ganhei uma nova família e uma nova missão de vida, a Universidade Estadual do Maranhão que expandiu os meus horizontes intelectuais e me deu senso o crítico às situações profissionais e a Academia de Polícia Militar Gonçalves Dias, o lugar em que aprendi a utilizar a disciplina e a organização de forma positiva em todas as áreas da minha vida, a Academia é uma escola de líderes.

Agradeço aos meus instrutores, em especial ao meu orientador de monografia, Coronel Aritanã Lisboa do Rosário, por toda a atenção, orientação e apoio durante o desenvolvimento do trabalho acadêmico e no decorrer de suas instruções, por fim agradeço ao Batalhão de Turismo da Polícia Militar do Maranhão que deu a oportunidade para que esse trabalho fosse realizado.

RESUMO

A Polícia Comunitária resume a sua missão pautada nos vínculos de confiança que deve haver entre instituição e comunidade. Diante disto, e entendendo a relevância sobre o tema para a sociedade, o presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos do policiamento comunitário em ações de combate ao consumo de drogas no Centro Histórico da cidade de São Luís – MA, pelo Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Maranhão - BPTur, classificando-se assim em uma pesquisa básica, de caráter exploratório-descritivo e estudo de caso com abordagem mista. Para atingir o objetivo, utilizou dois questionários estruturados: um sendo aplicado ao Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Estado do Maranhão, no nome do 1º Tenente Oliveira, responsável pela 3ª Companhia de Polícia Militar do Batalhão e outro aplicado à comunidade influenciada pela atuação da PMMA. Pode-se concluir através da análise destes que, a comunidade entende a importância da atuação da polícia nesta região, consegue ver resultados na diminuição da violência e no consumo de drogas, corroborando assim, a percepção da PMMA, ao afirmar que a questão presente na comunidade de aproximação com o Policiamento Comunitário pode ser minimizada, pois existe a necessidade de criar a confiança em ambos os lados, para que, em conjunto, o serviço demonstre eficácia.

Palavras-chave: Policiamento Comunitário; Consumo de drogas; Interação sociedade-polícia militar.

ABSTRACT

The Community Police summarizes its mission based on the bonds of trust that must exist between the institution and the community. In view of this, and understanding the relevance of the theme for society, the present work aimed to analyze the impacts of community policing in actions to combat drug consumption in the Historic Center of the city of São Luís - MA, by the Military Police Battalion of Tourism of Maranhão - BPTur, thus classifying itself in a basic research, of exploratory-descriptive character and case study with mixed approach. To achieve the objective, two structured questionnaires were used, one being applied to the Military Police Tourism Battalion of the State of Maranhão, in the name of the 1st Lieutenant Oliveira, responsible for the 3rd Military Police Company of the Battalion, and another applied to the community influenced by the performance of PMMA. It can be concluded through the analysis of these that the population understands the importance of police action in this region, can see results in the reduction of violence and drug consumption, thus corroborating the perception of PMMA, by stating that the issue present in the community approach to community policing because there is a need to create trust on both sides, so that, together, the service demonstrates effectiveness.

Keywords: Community Policing; Drug consumption; Society-military police interaction.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – 3ª Companhia de Polícia Militar do Batalhão.....	19
Figura 1 – Centro Histórico antes e após ação do BPtr.....	31
Figura 2 – Relatório de ocorrências no estado de São Paulo antes e depois da implementação do Modelo Koban.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Identificação os respondentes.....	35
Gráfico 2 – Avaliação da atuação da PMMA.....	36
Gráfico 3 – Percepção da diminuição da violência na região.....	37
Gráfico 4 – Diminuição do consumo de drogas.....	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferenças entre o policiamento tradicional e o policiamento comunitário.....	15
Tabela 2 – Percepção dos respondentes referente à atuação da Polícia Militar.....	37
Tabela 3 – Atividades desenvolvidas pela Polícia Militar e percebidas pela comunidade.....	38
Tabela 4 – Pontos de melhoria citados pela comunidade.....	38

LISTA DE SIGLAS

BPTur - Batalhão de Polícia Militar de Turismo

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IFMA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão

OMS - Organização mundial de saúde

PMMA - Polícia Militar do Estado do Maranhão

PM/RJ - Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

PPRCH/SL - Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São
Luís

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Policiamento Comunitário	17
2.2 Segurança Pública no Estado do Maranhão.....	18
2.3 Consumo de drogas.....	20
2.4 Centro Histórico de São Luís – MA.....	21
2.5 Projeto Reviver e o Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Estado do Maranhão	23
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1 Pressupostos epistemológicos	25
3.2 Abordagem e tipologia da pesquisa	25
3.3 Local, universo e amostra	26
3.4 Técnica de pesquisa e coleta de dados	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	28
4.1 Entrevista realizada com o Tenente responsável pela 3ª Companhia do Batalhão	28
4.2 Questionário aplicado à comunidade.....	37
5. CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	43
ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO COMANDANTE DA 3º COMPANIA DO BATALHÃO DE TURISMO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO.....	49
ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE DA REGIÃO EM ANÁLISE.....	50

1. INTRODUÇÃO

O Policiamento Comunitário é uma filosofia de policiamento que foi fortalecida nas décadas de 1970 e 1980. Naquela época, as organizações policiais em alguns países da América do Norte e da Europa Ocidental começaram a promover uma série de inovações em suas estruturas e funções, bem como na maneira como lidam com crime. Em diferentes países, as organizações policiais promovem experiências e inovações com características diferentes. Algumas dessas experiências e inovações são geralmente consideradas como a base do novo modelo de polícia, um novo tipo de policiamento voltado para a comunidade, que mais tarde ficou conhecido como Policiamento Comunitário.

Esse modelo como prática de organização da polícia representa também uma nova ideologia para a segurança pública, na qual o trabalho policial é realizado em parceria com a comunidade, a quem se destinam os serviços de segurança. Então, os próprios moradores, das diversas e heterogêneas regiões da cidade, apontariam os problemas e participariam da promoção da segurança pública local, de forma descentralizada. Apesar de estarem diretamente ligados aos crimes, o foco se qualquer desordem local que interferisse no bem-estar do cidadão (FERREIRA; ROSSONI; OLIVEIRA, 2022).

Reconhece-se mesmo que grande parte das experiências realizadas nesta área se baseiam na percepção das lacunas existentes no modelo tradicional de operação policial, buscando assim a parceria na relação entre polícia e cidadão, comunidade e local. Com isso, através do avanço das experiências, foi criado projetos e programas que corroboravam com o ideal da Polícia Comunitária. Foi por meio desses projetos que a ideia de Polícia Comunitária avançou e tomou rumos para o desenvolvimento (FERREIRA; ROSSONI; OLIVEIRA, 2022).

De tal maneira, a filosofia da Polícia Comunitária trouxe uma nova modalidade de segurança ao município, que tentava ser introduzida como uma vantagem na relação entre comunidade e polícia. Através disso o governo de Brizola, no Rio de Janeiro, foi o pioneiro em questão de policiamento comunitário, por meio de comissões e projetos na área de segurança que introduziram a ideia. Em 1991, com a volta de Brizola ao governo do Rio de Janeiro, as diretrizes de segurança eram, basicamente, as mesmas do primeiro governo, com o acréscimo de algumas inovações. Vale a pena enfatizar o incentivo ao estabelecimento de comitês municipais e comunitários visando

a integração das autoridades judiciárias e policiais com lideranças locais e outras entidades da sociedade civil; implementar planos de policiamento comunitário em diversos quarteirões da cidade (MONTEIRO, 2005).

O projeto trouxe avanços tanto social, quanto para a segurança. Ao fim da década de 90, muitos projetos estaduais de policiamento comunitário começaram a ganhar forma e se estabeleceram concretamente. Para Trojanowicz e Bucqueroux (1999), o objetivo do policiamento comunitário é entregar uma situação de cooperatividade entre a Polícia e a Comunidade. Com isso, entregando um serviço de prevenção, investigação e controle social de delitos aumentaria a credibilidade da polícia perante a sociedade, além de prevenir a prevalência do crime ou do acontecimento do mesmo.

Desta forma, esse trabalho faz um questionamento, na tentativa de esclarecer: **De qual maneiras a Polícia Comunitária pode realizar ações de combate ao consumo de drogas?**

Para Jerome H. Skolnick e David H. Bayley (2002), o policiamento comunitário se complica no momento de conceituar seus objetivos organizacionais, pois não é suficiente o departamento de polícia somente mudar sua estratégia básica ou estilo de gestão e ainda continuarem os mesmos diante da organização. Dessa maneira é importante olhar a visão mediante a projetos de prevenção, programas que foram criados e estabelecidos com metas de prevenção, tais como: o combate ao crime e as drogas. Definindo as maneiras de como a Polícia Comunitária pode estar realizando ações preventivas e não somente corretivas, de combate as drogas com o apoio da comunidade.

O trabalho atual avalia os problemas e o envolvimento da Polícia Comunitária na luta contra as drogas. Além disso, estuda a força policial como um fator para melhorar a função e a qualidade da prestação de serviços sociais e esclarecê-la para que as pessoas entendam o papel da polícia na implementação do conceito de policiamento comunitário.

O Batalhão de Polícia Militar de Turismo-BPTur, encontrou questões que afetam, direta e indiretamente, a sensação de segurança em suas respectivas áreas restritas. Nesse sentido, a 3ª CIA de do referido batalhão (responsável pelo policiamento do Centro Histórico de São Luís) constatou que o ambiente degradado da área está em estágio avançado, com más condições de moradia, coleta de lixo

precária, moradores de rua saqueando o local e o uso de drogas durante o dia são alguns dos problemas.

Considerando os dados analisados, pode-se obter informações que façam jus as seguintes hipóteses: A ideia de más condições de locais públicos oferece o desenvolvimento da criminalidade naquele espaço? A transformação de um espaço público pode auxiliar na formação de uma segurança mais funcional na comunidade? Tais questionamentos serão respondidos no decorrer da pesquisa.

Para a resposta do questionamento da pesquisa no presente momento, foi definido o seguinte objetivo geral: analisar os impactos Policiamento Comunitário em ações de combate ao consumo de drogas no Centro Histórico pelo Batalhão de Polícia Militar de Turismo. O mesmo foi desdobrado nos seguintes objetivos específicos:

- Realizar o mapeamento dos problemas que, direta ou indiretamente, influenciam na sensação de segurança em sua respectiva área de circunscrição.
- Entender a percepção da comunidade referente à atuação do policiamento comunitário na região escolhida.
- Identificar maneiras de prevenção, que por meio de programas educacionais, pode ser promovido a cultura de paz na comunidade e diagnosticar a atuação do policiamento comunitário nas comunidades.

Acredita-se que tal pesquisa possibilitará respostas mais esclarecedoras, em especial, quanto à posição da Polícia Militar dentro da área estudada, percebida pelos membros da comunidade e da própria PMMA, partindo do pressuposto de que a polícia é um dos órgãos responsáveis pela qualidade de vida da comunidade e sua atuação é pautada pela atuação preventiva, sendo sua eficácia medida através da ausência de crime e caos, e a prioridade é abordar quaisquer questões que perturbem a comunidade (MONTEIRO, 2005).

O trabalho divide-se em capítulos, sendo que o primeiro traz consigo um levantamento bibliográfico acerca do tema estudado, com os principais conceitos e principais autores da literatura. Seguido da metodologia, onde se classifica a pesquisa como básica, exploratória-descritiva, estudo de caso e quali-quantitativa (abordagem mista), além de trazer os procedimentos de coleta e análise dos dados obtidos. No capítulo referente à resultados e discussões, traz-se a percepção do 1º Tenente da 3ª Companhia do Batalhão de Turismo da PMMA, bem como a de uma amostragem,

contendo moradores; comerciantes e trabalhadores da região escolhida para análise. Por fim, o autor traz suas considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Policiamento Comunitário

A Filosofia do Policiamento Comunitário, se concentra em a comunidade geral desempenhar atividades e projetos que corroborem com a ideia de segurança. Com isso, o policiamento comunitário coloca em pratica uma responsabilidade à segurança, de criar um meio de conectar a comunidade com o policiamento gerando a lei e a ordem (BAYLER; SKOLNICK, 2006). Entretanto, a existência de uma comunidade que tende a resistir à atividade policial, faz com que haja dificuldades de manutenção da segurança. Dessa maneira, a ideia de Polícia Comunitária tende a formular uma relação maior entre polícia e comunidade, além de estreitar a relação de segurança e educação. A Polícia Comunitária tende a ter uma visão de mediação de conflitos, incentivo a educação como solução, melhoria nos processos de segurança e incentiva uma comunidade que idealiza a cultura de paz a favor de defender a segurança da comunidade, visando o estímulo ao exercício da cidadania.

A comunidade ajuda a manter a lei e a ordem, mostrando os pontos a serem corrigidos e apontando para se conseguir um lugar seguro para morar. A proximidade entre a comunidade e a polícia mantém a ordem, permite maior confiança nas instituições públicas e incentiva a participação ativa na mudança. Com isso, a formulação de projetos e programas que influenciem a educação na comunidade, como meio para melhoria da educação é importante. Aplicar ideias de que a preservação de locais públicos oferece maior segurança e legitimidade no processo de combate à criminalidade é fundamental para que todos trabalhem em conjunto em prol da paz na comunidade. Apresenta-se as principais diferenças entre o policiamento tradicional e o policiamento comunitário, que são compilados na Tabela 1 (ROSA, 2021):

Tabela 1 – Diferenças entre o policiamento tradicional e o policiamento comunitário

POLICIAMENTO TRADICIONAL	POLICIAMENTO COMUNITÁRIO
Autoridade imposta	Trabalho integrado
Policiamento pela intimidação	Cooperação e pensamento criativo
Chegada após a ocorrência	Estabelecimento de laços de confiança
Demanda por condescendência	Solução dos problemas por integração ativa
Trabalha com quantidade e generalização dos números	Necessidades compartilhadas
A polícia elabora e indica as necessidades	Qualidade e resultados direcionados
Controle pelo fone de emergência 190	Comunidade indica suas necessidades
Especialização – perícia	Respostas rápidas aos chamados

Fonte: Adaptado de Rosa (2021)

É importante ressaltar que há teorias que implicam na ação do funcionamento entre a comunidade e a polícia. A teoria das janelas quebradas, levanta uma questão da necessidade da atuação da comunidade em propriedades públicas como efeito para evitar a precarização da segurança. De acordo com Wilson e Kelling (1982), em um estudo realizado foi possível observar que simples práticas e condutas podem variar de acordo com a forma que a comunidade vê a situação.

A teoria das janelas quebradas considera a questão de que o pensamento de precarização do cuidado de propriedades públicas ou privadas leva uma ideia de que tais condições favorecem a vandalização. Com isso, é importante que comunidade e Polícia Comunitária tenham um funcionamento em prol de acreditar que o cuidado com propriedades públicas pode levar a comunidade a evitar a formação de problemas criminais. Costa e Alves (2020, p.3) afirmam que

A filosofia da polícia comunitária tem como eixo a participação social e o envolvimento de todas as forças vivas da comunidade em prol do bem comum e em busca de mais segurança. Tem o foco no policiamento ostensivo (Polícia Militar) e investigativo (Polícia Civil/Judiciária), sempre com o debate constante e construtivo na comunidade, analisando e diagnosticando as deficiências da localidade em questão através de discussões abertas e construtivas, na busca de soluções reais e criativas para os problemas da localidade.

Dessa maneira, a implantação do policiamento comunitário é de suma importância para garantias de meios de prevenção e que auxiliam no combate às drogas e a criminalidade. Por meio disso, a criação de projetos e programas que funcionam e são ativos em massa nos demais estados brasileiros, fazem com que a segurança pública mantenha as condições de atingir o objetivo de proteção ao estado.

2.2 Segurança Pública no Estado do Maranhão

No § 5º do art. 144 encontra-se a definição da missão constitucional da Polícia Militar:

Art. 144. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia federal;

II - Polícia rodoviária federal;

III - Polícia ferroviária federal;

IV - Polícias civis;

V - Polícias militares e corpos de bombeiros militares (...)

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988)

A Polícia Militar do Estado do Maranhão foi instituída por lei. A província em 1836, conhecida como "Força Policial do Maranhão", era constituída originalmente por 412 policiais efetivos. Principalmente na capital. Com o tempo, ganhou vários nomes, entre os quais Corpo de Segurança Pública, Corpo de Infantaria e Corpo de Polícia Estadual. Em 1915 passou a se chamar Gendarmaria do Maranhão.

A polícia possui o ideal de eliminar as causas da violência atuando de maneira preventiva em diversas áreas, sem priorizar ou realizar associações socioeconômicas do estado, conforme citado anteriormente no 5º do art. 144. O objetivo do policiamento é agir de maneira preventiva, a fim de analisar todas as situações possíveis de promover a segurança na comunidade. Planejando com antecedência maneiras de eliminar fatores que possam provocar a violência, alcançando assim, melhorias na qualidade de vida da comunidade.

Dessa maneira, é possível observar que a polícia está ligada diretamente a segurança pública e isso fomenta a importância do policiamento como um objetivo de entregar a cultura de promoção a paz e a segurança da comunidade. A polícia está como forma de garantia de todo o ideal de segurança que deve ser promovido pelo estado.

Relativo a isso, é importante observar o cenário que a polícia está inserida em questão de ação. Com os avanços do tempo, a promoção da segurança vem se tornando cada vez mais difícil, uma vez que a comunidade pode ser tanto uma aliada, quanto um inimigo. Tendo em vista isso, a forma na qual a polícia vem agindo para a promoção de um relacionamento de apoio a comunidade é um fator a ser considerado.

O serviço proposto pelo policiamento comunitário maranhense é de trazer a educação como seu maior armamento. Os desafios foram evoluindo e ficando cada vez mais difícil, tendo em vista que o crime se tornou algo mais elaborado e vem dificultando o processo de promoção a segurança da comunidade.

A segurança pública do Maranhão vem juntamente com outros estados, promover maneiras de garantir a ação preventiva ao combate da criminalidade, através da educação. A criação de programas de combate as drogas, vem sendo cada vez mais acionado em escola com o objetivo de garantir que as crianças estejam asseguradas da vivência do caminho da criminalidade.

Um exemplo desses programas é o Pacto pela Paz, projeto idealizado pela Secretária de Segurança do Estado do Maranhão, mediante a Lei de nº 10.387 de 21 de dezembro de 2015, cujo objetivo é a promoção da paz social, da cultura dos direitos humanos e do respeito às leis, através da realização de ações de promoção do bem-estar da comunidade através da efetivação de uma polícia de proximidade (GOVERNO DO MARANHÃO, 2012).

2.3 Consumo de drogas

As drogas se tornaram um problema que define a comunidade mundial. Dessa maneira, é importante que haja intervenções que combatam o consumo de drogas ilícitas nos estados em geral (MONZON, 2020). A Organização mundial de saúde (OMS, 1993) traduz o termo droga como substância natural ou sintética que provoque no organismo vivo, quaisquer alterações nas suas funções motoras e psíquicas.

O consumo de drogas se torna um fator impactante no Brasil, de maneira que afeta a confiança social na promoção da paz. Com isso, é importante ressaltar o índice de criminalidade que aumenta e que estão associados ao consumo de drogas ou ao tráfico de entorpecentes e a necessidade de intervenções que sejam preparadas para solucionar a causa raiz (MONZON, 2020).

As drogas possuem variações quanto ao tipo, variam desde o álcool ao uso de substâncias químicas de maior grau neurodepressor. A ocorrência de acidentes e o alto índice de criminalidade no instante do consumo desses entorpecentes, faz com que haja uma necessidade de atuação da segurança pública nesse fator problema. De acordo com um estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ foi encontrado que a maior incidência do uso de drogas ilícitas é entre os homens, onde foi observado que 15% já consumiram drogas ilícitas, enquanto entre as mulheres a ocorrência é de 5,2%. O estudo apresentou que a idade média é 16 anos, onde ocorre o primeiro consumo para ambos os gêneros (FIOCRUZ, 2019).

Isso mostra o quanto o consumo de drogas é promovido logo na infância, o que vai contra os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei

qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. E a negligência desses fatores vai contra o artigo 227 da constituição:

Artigo 227: É dever da família, da Sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Dessa maneira se faz importante a presença de programas educacionais que promovam através de palestras e cursos, a visualização de um mundo como todo, como o programa brasileiro que tem como objetivo o combate à violência e a drogas direcionados a infância, que tem como base um projeto criado pelos EUA, denominado Dare (*Drug Abuse Resistance Education*, sigla em inglês), instituído em 1983 (INSPP, 2017). O Rio de Janeiro em 1992 criou o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) com alvo em jovens e adolescentes nas escolas tanto públicas, quanto particulares. O programa funciona em curso de quatro meses realizados por policiais militares voluntários e capacitados pedagogicamente, em parceria com pais, professores, estudantes e comunidades. O objetivo do programa é de combater o uso de drogas e as aulas mostram ao estudante como se manter longe de más companhias, a evitando a violência, a resistir às pressões diretas ou indiretas de terceiros e a sempre acionar os pais ou responsáveis quando necessário.

2.4 Centro Histórico de São Luís – MA

São Luís, capital do estado do Maranhão, teve seu traçado urbano desenhado pelo Engenheiro-Mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita no século XVII, baseado na “Lei das Índias”, ou seja, em forma de quadrículas e orientado de acordo com os pontos cardeais (MENDES, 2020).

Conhecida por seu acervo arquitetônico, São Luís, patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco, possui como principais atrativos os casarões coloniais, becos, ladeiras e ruas estreitas localizados no centro histórico da cidade. Reúne cerca de quatro mil imóveis que, remanescentes dos séculos XVIII e XIX, possuem proteção

estadual e federal, reconhecimento internacional e interesse turístico (SANTOS et al., 2016).

O Centro Histórico de São Luís mantém o seu tecido urbano preservado com todos os elementos que o caracterizam e lhe conferem singularidade, expressos, especialmente, pelas técnicas construtivas utilizadas em adaptação às condições ambientais e possuindo dimensões adequadas que lhe permitem transmitir a sua importância no contexto do processo de ocupação territorial da região (IPHAN, 2014, s/p).

Considerado o núcleo original da cidade, o Centro Histórico passou pelos principais processos urbanos da cidade, tinha sua base econômica ligada com as atividades desenvolvidas no Porto da Praia Grande, e seguindo as mudanças da política da década de 70, tornou-se uma área de vulnerabilidade social, visto a expansão urbana da cidade para sua região litorânea (MENDES, 2020).

O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado Projeto Praia Grande, iniciou suas atividades no final da década de 1980, e tinha como objetivo a preservação não só o patrimonial material, como também do patrimônio social localizado nesta região, com diretrizes pertinentes à assistência, segurança e promoção social, conforme é possível verificar na citação de Carvalho e Simões (2012, p. 202):

- 1 - Proporcionar a manutenção do uso residencial nas áreas do Centro Histórico.
- 2 - Intensificar as atividades de assistência e promoção social, e priorizar ações de fomento a geração de emprego e renda. Apoiar a instalação de centros profissionalizantes.
- 3 - Incentivar as manifestações culturais e educacionais mediante o estabelecimento de centros culturais e de criatividade e do fortalecimento das instituições públicas e privadas que se dedicam à ação e difusão cultural, bem como apoiar as manifestações artísticas de indivíduos ou grupos comunitários sediados na área.
- 4 - Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-se à dinâmica social e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
- 5 - Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
- 6 - Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos: água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transporte, saúde, segurança, praças e rede viária, de forma a beneficiar a comunidade residente e usuários, propiciando ademais uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico.
- 7 - Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando à revitalização das funções econômicas e culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas à pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.
- 8 - Contribuir para o incremento do associativismo e consolidação das entidades de classe, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.
- 9 - Garantir, no âmbito da Coordenadoria do Programa, um processo

permanente de avaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís.

10 - Assegurar o compromisso político da administração pública quanto à inclusão dos temas relativos à restauração e à conservação dos bens culturais nos planos de governo estadual e municipal.

Diante de tais citações, pode-se perceber o quão é essencial a atuação do BPTur nessa região, visando garantir a conservação desse patrimônio, garantindo a segurança da comunidade que reside, trabalhar ou visita o Centro Histórico, além de inibir o uso de entorpecentes por parte desta parcela vulnerável da sociedade. Como cita o Governo do Estado do Maranhão (2021) o BPTur é responsável por realizar ações com o objetivo de aproximar o batalhão da rede turística e hoteleira da capital, por meio de reuniões de alinhamento com empresários e moradores da região.

2.5 Projeto Reviver e o Batalhão de Polícia Militar de Turismo do Estado do Maranhão

Ressalta-se inicialmente que os dados aqui informados foram coletados através de visitas ao Batalhão de Turismo e questionamentos aos membros do mesmo, bem como pesquisa documental referente ao Projeto Reviver.

Em 2017, por sua vez foi editada a Lei 10.669, de 29 de agosto, é criado então o BPTUR, com sede em São Luís do Maranhão, com a missão de realizar o policiamento turístico, uma modalidade de policiamento muito específica por conta do público-alvo. Visando atender o turista com qualidade fornecendo informações que atendam turistas nacionais e estrangeiros, o Batalhão de Turismo desenvolve o policiamento ostensivo, transparecendo a sensação de segurança para os visitantes, conciliando com sua atividade fim, ou seja, preservação e manutenção da ordem pública, atendendo toda a comunidade que está dentro de sua área de atuação.

A atual estrutura do BPTUR compreende três companhias, sendo estas:

- 1ª Companhia: A sede da Primeira Companhia funciona na própria sede do Batalhão de Turismo, no bairro da Ponta D'Areia em São Luís.
- 2ª Companhia: que atende a região da Península da Ponta D'areia e o Espigão Costeiro tem sua sede localizada próxima ao Espigão. A área conta com diversos estabelecimentos comerciais, restaurantes, quiosques, hotéis, bancos e correspondentes bancários, visto que é uma área de grande movimento turístico.

- 3ª Companhia: Sendo esta o objetivo deste trabalho, é responsável pelo policiamento da área que compreende o Centro Histórico e tem sua sede localizada no Convento das Mercês. A área compreende o bairro do Desterro e parte dos bairros da Praia Grande e do Centro. Nas proximidades encontram-se o mercado da Praia Grande (Casa das Tulhas - Reviver), o Portinho, o Mercado do Peixe, e numerosos monumentos históricos, como o Convento das Mercês, o Cafua das Mercês (Museu do Negro), Palácio dos Leões (Sede do Governo) e Igrejas históricas. Sua sede é representada pela Figura 1:

Figura 1 – 3ª Companhia de Polícia Militar do Batalhão



Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

Aliado a este incentivo ao Turismo, o Governo do Estado do Maranhão através do *Projeto Reviver* buscou revitalizar as edificações históricas, melhorar a infraestrutura da área e da instalação de serviços públicos, buscando atrair um maior fluxo de pessoas tanto de turistas quanto da própria comunidade da cidade de São Luís (CAMPOS *et al.*, 2020).

Epitácio Cafeteira, governador do Maranhão (1987-1990), instituiu o Projeto Reviver pelo Decreto nº. 67, de 25 de maio de 1989, com um escopo que incluía não só preservação estrutural da área, mas também o desenvolvimento de atividades, as relacionadas ao comércio varejista, ao turismo, à cultura, economicamente viáveis (CAMPOS *et al.*, 2020).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho apresenta um paradigma positivista, podendo ser caracterizado como desta forma, por utilizar uma metodologia de coleta, tratamento e análise de dados quali-quantitativos, através de dados estatísticos coletados perante as instituições responsáveis pelo Batalhão de Policiamento Militar de Turismo – BPTur. Diante disto, apresenta-se a seguinte metodologia de pesquisa:

3.1 Pressupostos epistemológicos

O pressuposto desta pesquisa, caracteriza-se como empírico-analítica, visto que utiliza técnicas de coleta, tratamento e análise de dados quantitativos (MATIAS-PEREIRA, 2012; MOREIRA; CALEFFE, 2008).

3.2 Abordagem e tipologia da pesquisa

Em relação à natureza da pesquisa este estudo é classificado como pesquisa básica, pois trata de acúmulo de conhecimentos e informações acerca do tema que levam a resultados aplicados e importantes, sem influência direta e que possua um resultado prático visível em termos econômicos ou de outra utilidade que não seja o próprio conhecimento (SCHWARTZMAN, 1979).

No que se refere aos objetivos o presente estudo trata-se inicialmente, de uma pesquisa exploratória e descritiva, assumindo a forma de um estudo de caso, por levantar informações para proporcionar maior familiaridade com o problema, no intuito de tornar o fenômeno mais inteligível, estabelecendo relações entre variáveis, fazendo o uso, principalmente, das técnicas utilizadas em pesquisas mistas baseadas em observações de dados. (SELLITZ, WRIGHTSMAN e COOK, 1987)

De acordo com o ideal da pesquisa, a mesma pode ser classificada como mista (quali-quantitativa) a qual abrange os pontos fortes tanto da abordagem qualitativa quanto da quantitativa, proporcionando uma maior compreensão dos problemas estudados. Com isso, o pesquisador, pode valer-se da possibilidade de explicitar todos os passos da pesquisa e, ao mesmo tempo, pode prevenir a interferência de subjetividade nas conclusões obtidas (PASCHOARELLI et al., 2015).

Diante dos procedimentos, o presente trabalho se caracteriza como um estudo de caso, se aprofundando em uma ideia estabelecida obtida através de situações investigadas, provocando teorias e fundamentando o desenvolvimento de questões e discussões, Usado como estratégia de pesquisa, ele essencialmente esclarece uma decisão ou um conjunto de decisões, e porque foram tomadas, como foram implementadas e quais resultados foram obtidos em uma determinada situação (YIN, 2005).

3.3 Local, universo e amostra

Mediante a situação de desgastes e precarização de locais no centro histórico, descobriu-se que não só durante o período da noite, mas também nos turnos da tarde nos outros dias da semana, o consumo de álcool por menores e o consumo de drogas também eram bastante frequentes.

Os órgãos responsáveis para prestarem serviços públicos relacionados com limpeza e iluminação públicas passaram a ser oficiados pelo Batalhão de Turismo para que pudessem sanar demandas da comunidade identificadas pelo batalha, com isso passaram a melhorar as respectivas atividades e a melhorar o ambiente para turistas, trabalhadores e residentes, o que também contribuiu para ter um impacto positivo no ambiente e transmitiu a mensagem visual do centro histórico de que já não é uma área esquecida pelo governo. Com essas medidas, a ideia é que mesmo os menores casos de negligência não sejam tolerados. De fato, poucos meses depois, a credibilidade social do poder público na comunidade melhorou e o número de incidentes ocorridos na mesma.

A equipe de Batalhão de Policiamento Militar Turístico flagra crianças em situações de risco, fazendo o uso de álcool ou drogas. Dessa maneira, era realizado o cadastro desses menores, onde no momento da abordagem era comunicado ao seu responsável legal, por meio de contato telefônico, a situação em que se encontrava o menor, com isso os dados do responsável e o relato da ocorrência era enviado posteriormente a Vara da Infância e Juventude.

3.4 Técnica de pesquisa e coleta de dados

A coleta de dados será através de entrevistas a serem realizadas com o 1º Tenente QOPM Mário Sérgio Oliveira Brito (Apêndice A), e com uma amostragem da comunidade que é influenciada através da atuação do Batalhão de Policiamento estudado (Apêndice B). Além disto, será utilizado a análise documental e bibliográfica para validação dos dados coletados.

A forma de análise escolhida, foi a análise de conteúdo que é uma técnica de análise documental, que irá explorar o que for observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos, podendo ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (SILVA; FOSSÁ, 2015).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Entrevista realizada com o Tenente responsável pela 3ª Companhia do Batalhão

Essa sessão tem como objetivo discutir os resultados obtido com a entrevista realizada com o 1º Tenente Oliveira, comandante da 3ª companhia de Polícia Militar do Batalhão de Turismo, localizada na praça Nauro Machado no Centro Histórico de São Luís. Dessa maneira, é importante ressaltar que a entrevista realizada foi elaborada previamente, com questões relacionadas aos serviços prestados e a percepção mediante a integração do serviço com a comunidade.

A primeira questão foi “Como foi a aceitação da comunidade?” que teve como resposta: “Inicialmente a resistência foi grande, a comunidade teve uma postura polarizada, pois a atuação da PM feriu alguns costumes de pessoas que frequentavam o centro histórico para cometer (pequenos delitos)”. Dessa maneira, é de suma importância observar que a visão da aceitação da comunidade tem uma série de causas multifatoriais, que podem se dar ou por meio de observações positivas e/ ou negativas construídas pela comunidade como um todo. Com isso, a questão presente na comunidade de aproximação com o policiamento comunitário será evolutiva de acordo com a eficácia do projeto estabelecido, pois há uma necessidade de criar a confiança em ambos os lados, para que, em conjunto o serviço demonstre eficácia.

Para Brewer (1997, p.16), persuasão, aconselhamento e assistência são ferramentas necessárias para manter o controle social. Essa estratégia permite que a polícia parte do ambiente social, e não um agente externo ao processo, e permite que a polícia ganhe aceitação, confiança e legitimidade da comunidade. Países como Japão, Malásia, Coreia do Sul e China praticam essa forma de policiamento.

Assim, a adoção dessa perspectiva policial levou à ideia do policiamento comunitário, que se mostrou uma solução para os problemas de segurança pública. Dessa forma, há uma força policial legal e eficaz e, o mais importante, a aceitação da comunidade. (MARCINEIRO, 2009, p. 63). De acordo com Wadman (1994), o policiamento comunitário é “uma maneira inovadora e mais forte de concentrar as energias e talentos do departamento de polícia em situações que muitas vezes levam ao crime e a repetidos pedidos de assistência local”. Enfatizou que se trata de uma conciliação e instalação de um novo arquétipo de relação com a comunidade. O

policciamento orientado, para a dificuldade, nascido como estratégia de superação de mais um conflito policial, cita seus resultados.

Mendonça (2009) cita a Polícia Comunitária como uma das principais abordagens da assessoria filosófica para humanizar, ao máximo, o trabalho de seus profissionais e potencialmente aproximá-los dos moradores das comunidades em que trabalham. Portanto, o policiamento comunitário deve ser entendido como uma nova filosofia e estratégia organizacional ou estilo de policiamento, que se concretiza proporcionando flexibilidade, capaz de se adaptar aos mais diversos tipos de necessidades, programas e administrações de acordo com as prioridades locais. No entanto, o policiamento comunitário possui características inerentes à sua atuação. Mastrofski (2006) argumenta que um problema comum na experiência do policiamento comunitário está em que muitas organizações policiais o utilizam como a única ou principal forma de mudar a organização. Isso significa que, quando supervisores e gerentes não reforçam a mensagem, é provável que ela falhe.

Visando os resultados ao longo prazo, o Tenente entrevistado acredita que “O resultado em médio prazo foi positivo, o que no longo prazo rendeu o reconhecimento da maioria das pessoas que possuem comércio, trabalham, frequentam, aqueles que conhecem o trabalho que foi realizado, a prova maior disso foi o pedido para o retorno do trabalho, após a transferência do Tenente Oliveira do Batalhão de Turismo em 2021, pedido esse que fora acatado.” Essa fala, demonstra como houve a criação de um acordo de confiança entre a polícia e a comunidade, fazendo com que esse laço tenha força para se manter estável durante a prestação do serviço. Para Sousa (2001), o profissionalismo da polícia tem como principal característica o estreito relacionamento com a comunidade, tendo em vista que a Polícia Comunitária trabalha voltado para a comunidade de sua área.

De acordo com o sistema de policiamento comunitário implementado por Neto (2003), todos aqueles que compõem o grupo devem compreender seus princípios e praticá-los permanentemente com total honestidade. A necessidade de conhecimento da filosofia e da estratégia organizacional, isso se deve a necessidade de junto à comunidade, encontrar preocupações e medos que promovam problemáticas que junto à comunidade, a Polícia Comunitária consiga solucioná-las.

O processo de avaliação é, de fato, uma parte fundamental da filosofia do serviço de policiamento comunitário, devido ao processo de avaliação ser um momento de engajamento da comunidade, onde é possível olhar de forma transversal,

considerando possíveis falhas, e onde a equipe deve novamente se engajar de forma efetiva, pronto para ouvir a todos os afetados de forma direta ou indiretamente pelo programa, pessoas afetadas pelas ações do serviço. O policiamento comunitário, portanto, é um conceito de serviço completo de patrulhamento com foco voltado especificadamente para as necessidades da comunidade, em que o mesmo policial patrulha e trabalha na mesma área por um longo período a partir de um posto discreto, estabelecendo parcerias preventivas com os cidadãos para identificar, analisar, planejar, implementar e assim, encontre a resolução do problema.

Mediante a necessidade de implantação de ações construtivas para crianças flagradas em ações de caráter punitivo, o Tenente ressaltou que “A atuação com a Vara da Infância e Juventude preencheu a lacuna do Conselho Tutelar, que não foi tão presente no local até o momento. A PM abordava o indivíduo, identificava que era menor, preenchia o formulário e enviava ao comissário da Vara da Infância e Juventude, que fazia a diligência comunicando os pais. Se o menor estivesse fardado, já era comunicado à escola do mesmo também, bem como no momento da abordagem era feita a ligação para os pais e comunicado ao mesmo a situação em que o menor fora encontrado. As escolas faziam um trabalho de conscientização, como exemplo tem-se o IFMA – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão, que possui um campus na área do Centro Histórico e realizou palestras e trabalhos de conscientização com os alunos. Aliado a isso os diretores de colégios mantinham contato direto com o comando da 3ª Companhia de Polícia Militar, responsável pelo policiamento da área do centro histórico, com isso eram feitas reuniões esporádicas entre os colégios e a 3ª CIA.”

Cubero e Moreno (1995) acreditam que a escola juntamente com a família, forma uma instituição social que gera várias demandas para a criança. Tendo em vista, que a fins explícitos persegue, através de expressos no currículo acadêmico, o que se tende a chamar de currículo oculto. Com isso, a escola se torna fator determinante para o desenvolvimento cognitivo e social da criança e, assim para o curso posterior de sua vida. Há uma necessidade da união entre a Polícia Comunitária e a escola, como um projeto de educação inclusiva a crianças que cometeram algum ato em flagrante. Devido ao conhecimento da lei, a polícia através da didática pode incluir o processo de comunicação para com as crianças, juntamente com a escola que pode promover projetos sociais para educação de todas as crianças da comunidade. Sendo assim, é importante que a criança tenha conhecimento da

importância do serviço de policiamento comunitário, construindo uma relação informativa entre os jovens da comunidade e do policiamento comunitário.

Regular o ambiente escolar é importante para os adolescentes, sendo necessário levar em conta a existência de variedade de atividades extracurriculares que influenciam a socialização do adolescente, as complexidades inerentes aos novos arranjos familiares, a inadequação de políticas públicas voltadas prioritariamente para as escolas, a manutenção de valores cívicos que beneficiam o coletivo, sustentabilidade, debates sobre o tema da diversidade, igualdade, responsabilidade social, trabalhar a pedagogia com temas transversais, realizar ação proximal diante da Vulnerabilidade.

Davis e Oliveira (1994) argumentam que: “[...] Lidar com educação de crianças é uma tarefa complexa, pois não há crianças típicas, nem receitas precisas”. Trabalhar com crianças que estão em pleno desenvolvimento, principalmente diante de trabalhos continuados, exige um preparo especial. Segundo Zagury (2002), o termo Construtivismo, tão conhecido e difundido atualmente entre pais e educadores e trouxe a ideia de que a criança não é um adulto em miniatura, tem especificidades de acordo com a faixa etária. Dessa maneira, é de suma importância que haja um planejamento de atividade voltadas para crianças e adolescentes, devido a criação de um sistema de educação que promova uma didática realmente efetiva e que permita o jovem a ter uma nova chance de aprender o correto.

Augusto Cury (2008) refere-se às quatro armadilhas da mente, que segundo ele, “impedem o desenvolvimento da excelência psíquica, afetiva, social e profissional”, presentes cada indivíduo: o conformismo, o “coitadismo”, o medo de reconhecer os erros e o medo de correr riscos. Essas características, embora individuais, também influem na coletividade, já que somos seres gregários. Como visto, na segurança pública, por exemplo, as instituições, por se atrelarem muito ao conservadorismo, perdem chances de se desvincularem dos estereótipos que as cercam, justamente, por não cederem à abrangência das inovações.

A introdução de um serviço customizado para a comunidade, se dá pela necessidade de introduzir práticas que promovam a prevenção de problemas futuros e presentes naquela região. Tendo como base a educação, o serviço de policiamento comunitário constrói, também, a importância do papel do cidadão como um dos participantes da prestação desse serviço. Isso, entrega um dever de cuidado com o

ambiente em que se convive essas pessoas, de um lugar que realmente entrega a proteção e a paz sonhada pelos moradores, pais e filhos presentes ali.

A construção do projeto pode levar tempos diferentes para cada comunidade, tendo em vista as necessidades de contemplação das demandas para que seja possível seguir o curso de prestação do serviço. Em relação ao tempo de duração, o Tenente ressaltou que “O trabalho teve início na segunda metade de 2018, tendo como responsável o 2º Tenente QOPM Oliveira, sob o comando do Coronel QOPM Honório, então comandante do Batalhão de Turismo do Maranhão. Durante a pandemia, em 2020 houveram mudanças no BPtr, onde o Coronel Honório saiu da unidade e assumiu o Comando de Policiamento do Interior, além disso houve uma grande perda de policiais no batalhão, que foram empregados em outras áreas visando reforçar as ações de combate a pandemia, para se ter uma ideia, a 3ª CIA no Centro Histórico que chegou a ter 74 policiais, passou a contar com apenas 14, o que prejudicou diretamente nas ações de policiamento na área, sendo trocado também o comando da 3ª CIA que durou até o final de 2020. Quando houve um aumento de frequentadores durante a pandemia. Foi então que o Tenente Oliveira retornou ao Centro Histórico e os efeitos podem ser notados na Figura 2 “onde há uma aglomeração sem qualquer controle durante a pandemia e meses depois com a volta das ações de combate as drogas e o policiamento comunitário têm-se um ambiente mais familiar e controlado.”

A pressão estabelecida para a manutenção da autoridade dentro do estado se fez necessário para o controle da ordem social. Considerando efeitos maléficos na sociedade, é de suma importância que haja a disseminação e a intensificação de determinadas problemáticas sanitárias, econômicas e securitárias que surgiram como necessária a atuação coordenada de demais entidades como as forças e os serviços de segurança e as guardas municipais. A Figura 2 apresenta a realidade descrita acima:

Figura 2 – Centro Histórico antes e após ação do BPtr



Fonte: BPtr (2020)

É importante enfatizar que houve mudanças nos cenários das comunidades devido a pandemia de COVID-19 e com isso, os serviços de policiamento comunitário também foram afetados, focando em mais uma problemática que fora manter a comunidade em segurança sanitária, participando de operações de fiscalização, barreiras policiais, alertando a necessidade de ficar em casa e o uso de máscara em caso de saídas. É inegável a dificuldade de manter as pessoas da comunidade sob as orientações passadas a todo momento pelos meios de comunicação da ONU e do Ministério da Saúde, onde a qualquer momento pode-se encontrar pessoas que cometem infrações de medidas sanitárias que foram estabelecidas pelo estado. Tais medidas de segurança estão contempladas previstas no art. 268 do Código Penal, “O delito consiste em “infringir determinação do poder público, destinada a impedir a introdução ou propagação de doença contagiosa” e possui pena de detenção de um mês a um ano além de multa.”

A abordagem da Polícia Comunitária tende a contemplar a necessidade de autoridade sem infringir a moral do outro. Segundo o Tenente para a realização da abordagem foi “Antes de tudo foi procurado o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, a Secretaria Municipal da Criança e Instituições Sociais, além da Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação, afim de

respaldar e dá transparência as ações de combate ao vandalismo na área do Centro Histórico, com isso as abordagens eram focadas em usuários de drogas, com o intuito de coibir ações delituosas dos mesmos na área, pois foi notado que muitos dos usuários que durante o dia ficavam dormindo nos bancos e praças da área, durante a noite praticavam delitos como furtos, roubos e consumo de drogas, o que afugentava os turistas, as famílias e demais cidadãos. Com isso o trabalho foi incansável de cobrar para que todos os moradores de rua respeitassem o Código de Posturas do Município de São Luís, em vigor na implantação do trabalho, coibindo as ações de vandalismo, além do trabalho que era realizado por policiais de conversar com os usuários para que os mesmos buscassem ajuda no sentido de realizar a desintoxicação, afim de abandonarem o vício, com isso foi realizada uma internação compulsória, com o auxílio do Ministério Público e apoio do Hospital Nina Rodrigues, além de outras internações voluntárias, onde o BPTur auxiliou na articulação para que fosse realizada a internação.”

Goldstein (2003), promove que existem diversas maneiras de se aprimorar a atuação policial em sociedades democráticas, mas reforça que para que isto ocorra é necessário a existência de grandes líderes e agentes, junto ao projeto, que sejam empenhados nesta causa. Analisando não somente o ambiente cultural policial, mas também os preconceitos culturais que estão enraizados na sociedade desde a infância, da crença de que os policiais atuam como pessoas autoritárias e perversas, aterrorizando a todos com comportamentos brutais para controlar o crime. A visão pré-estabelecida sobre a polícia para a comunidade, entrega uma visão geral das características dos mesmos. Através disso, é importante ressaltar que a Polícia Comunitária ligada diretamente à comunidade, deve estabelecer um processo comunicativo que promova uma ligação mais eficaz entre os grupos. Segundo Bengochea et al. (2004), no momento em que os grupos policiais procuram desenvolver seus conhecimentos e qualificação profissional, há uma melhora, um posicionamento da cultura enraizada gradativamente tem dado espaço a mudanças na forma de fazer segurança pública. Dessa maneira, é possível concretizar a relação e o serviço de policiamento comunitário como algo totalmente funcional na comunidade.

Com isso, uma ideia que poderia contribuir para uma visão melhor diante das abordagens da Polícia Comunitária seria o estudo do método Koban, estabelecido pelo sistema japonês de policiamento comunitário que promove a presença de três

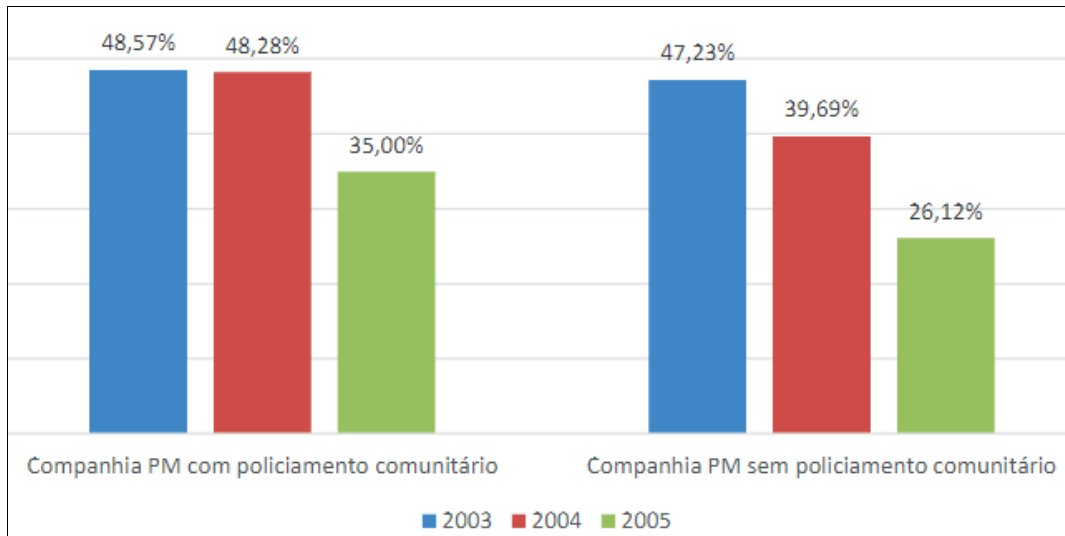
policiais, sendo um policial Koban responsável pela guarda da base (ROCHA JÚNIOR, 2017). Essa equipe se torna responsável na produção de informativos das ações policiais na comunidade, que deve ficar à disposição da comunidade local. Os policiais da equipe, promovem visitas as casas na região da comunidade, onde conhecem os moradores e os comerciantes da área. Sendo assim, é possível ver uma interação com a comunidade que também conhece a polícia, mostrando que o serviço é mais que somente um serviço de ação, mas também de prevenção.

Logo, é possível visualizar as iniciativas baseadas no Koban, que podem ser entendidas como uma oportunidade de introduzir um novo ponto de vista dentro do policiamento comunitário praticado pelo BPTur. É importante destacar que existem certas semelhanças entre o trabalho realizado em São Luís e o método Koban, como essa tentativa de aproximação da polícia com a comunidade, pois durante o trabalho desenvolvido na 3ª CIA, comerciantes, escolas, órgãos públicos e até moradores locais foram consultados através de ofícios, reuniões com diretores de escolas, denúncias e o contato direto com a comunidade, principalmente com grupo sociais e comerciantes da região, com a finalidade de que fossem sanados problemas relacionados à segurança pública.

O Policiamento Comunitário faz parte de um campo institucional afetado por diversas necessidades, onde pode ser observar que a herança militar e a especialização extraorganizacional colocam desafios institucionais à sua legitimidade. Seu foco principal não está em estratégias efetivas de controle do crime, mas em sua própria legitimidade em resposta a demandas internas e externas oriundas do âmbito da agência policial. Esse entendimento ilumina a dinâmica das iniciativas do tipo Koban (ROCHA JÚNIOR, 2017).

Tal método já é utilizado em outros estados, como São Paulo, como afirma Fernandes (2021). Inicialmente, o modelo Koban foi implantado em 8 Bases Comunitárias de Segurança já em funcionamento na cidade de São Paulo, selecionadas dentre as demais por terem se destacado anteriormente “por apresentarem projetos comunitários de relevância e que trouxeram resultados positivos em relação aos índices criminais”, como afirma o autor e é comprovado na Figura 3:

Figura 3 – Relatório de ocorrências no estado de São Paulo antes e depois da implementação do Modelo Koban



Fonte: Fernandes (2021)

O Japão, que possui um dos menores índices de criminalidade, levou alguns países a adotarem esse modelo de policiamento, inclusive o Brasil (SILVA, 2012), por reconhecer uma comunidade que realmente se sente segura.

O "Policiamento Comunitário" visa melhorar o trabalho da polícia como alternativa ao comportamento tradicional. Nesses casos, focando na resolução de um incidente específico, priorizando o cumprimento dos regulamentos e ordenando os subordinados, muitas vezes usando a força como técnica para resolver os incidentes. Normalmente, quem é responsável pelo resultado da tarefa e o pessoal são designados dentro da área com base no registro do evento (MONTEIRO, 2005).

Cavalcante Neto (2001) cita algumas características que distinguem o policiamento comunitário do policiamento tradicional, tais como: as operações policiais caracterizam-se por uma relação próxima com a comunidade; a função do comando é inculcar valores institucionais nos servidores; 98% da comunidade da área é gente boa e trabalhadora; os policiais devem "explicar" seu trabalho aos superiores e à comunidade; o pessoal é alocado de acordo com as necessidades de segurança da comunidade, e os policiais vêm da região, ou seja, da comunidade.

Devido a essas características, o Policiamento Comunitário trouxe um novo conceito para as atividades operacionais das polícias do Brasil, com um modelo de atuação policial aproxima as comunidades dos órgãos de segurança pública, aliando a manutenção da ordem pública aos direitos humanos. Buscar engajar a comunidade no trabalho policial para buscar a efetividade da prestação de serviços e prevenção

ao crime a partir de uma orientação comunitária em propostas para mais segurança cidadã (DHNET, 2011).

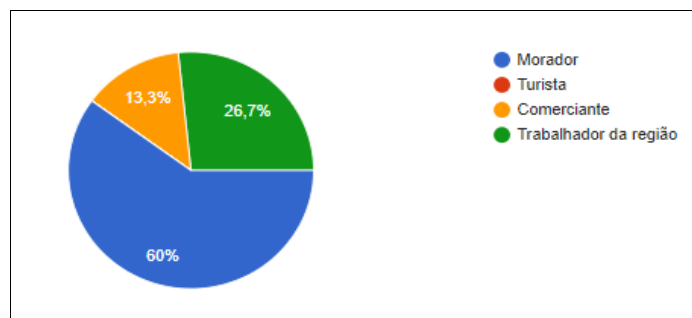
No planejamento e implementação de políticas de segurança pública, o policiamento comunitário opera na ideia de uma divisão de responsabilidades entre policiais e cidadãos (Brasil, 2013). Com base nessa fonte, seu conceito revela o reconhecimento de que a construção de uma relação forte e construtiva com a sociedade pressupõe o compromisso da polícia de adequar suas estratégias e prioridades às expectativas e necessidades locais.

Dessa maneira o funcionamento da Polícia Comunitária tende a se desenvolver como um serviço que busca a se tornar comum na rotina de vida da comunidade. Assim, estabelecendo uma conexão humana e ética dos valores importantes para promoção da segurança e da paz na comunidade, trazendo um acompanhamento dos moradores, para auxílio da manutenção dessa moral.

4.2 Questionário aplicado à comunidade

Na primeira e segunda pergunta do questionário buscou-se identificar qual o perfil de cada entrevistado, reconhecendo assim, o seu papel dentro da comunidade e sua faixa etária. Traçando o papel destes, segue o Gráfico 1:

Gráfico 1 – Identificação os respondentes



Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

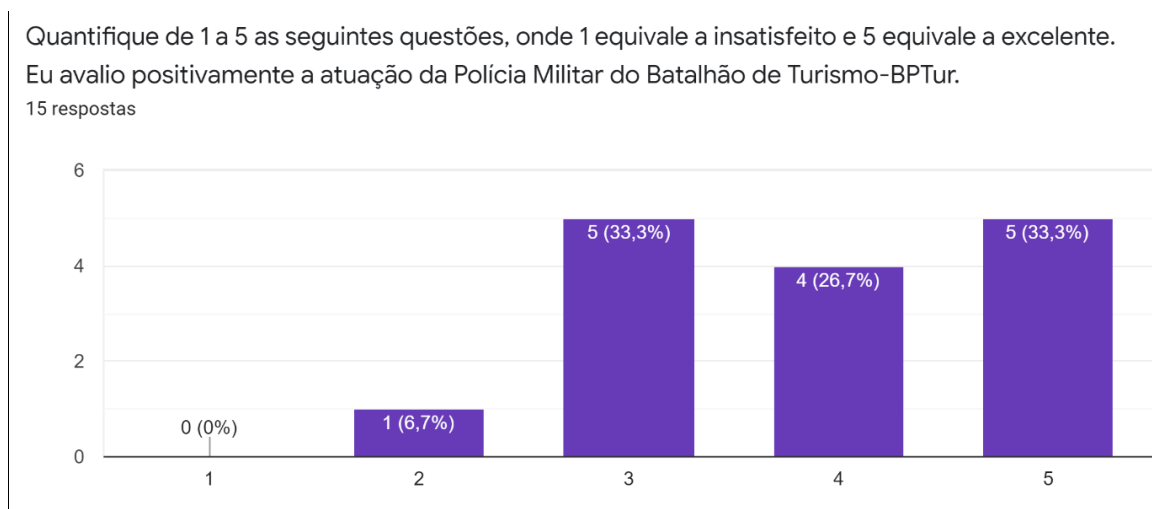
Percebe-se através da análise do gráfico que a maioria dos respondentes do questionário eram moradores da região (60%, 9 respondentes), seguido de trabalhadores e comerciantes. No período da coleta de dados, não foi encontrado nenhum turista para respondê-lo. A faixa etária dos respondentes foi compreendida entre 20 e 61 anos.

A parte seguinte do questionário compreende-se no formato de escala *likert* que pode ser caracterizada como uma escala somativa, é o modelo mais utilizado para mensurar atitudes, preferências e perspectivas. Desenvolvida por Rensis Likert

em 1932. Este método é comumente usado para fornecer uma série de respostas a uma determinada pergunta. As categorias de respostas nesta escala têm um grau de concordância, geralmente em cinco níveis, frequentemente usadas desde “discordo totalmente” ou termo equivalente até o “concordo totalmente”, ou termo equivalente (FEIJÓ *et al.* 2020). Os termos adequados para esta pesquisa foram insatisfeito até excelente.

O Gráfico 2 apresenta a percepção dos respondentes referente a atuação da Polícia Militar na região estudada:

Gráfico 2 – Avaliação da atuação da PMMA

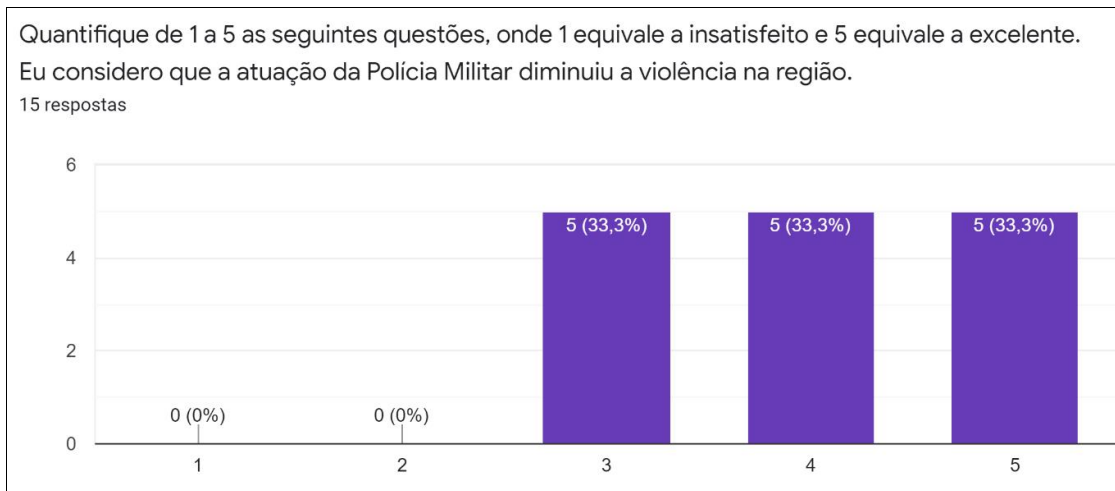


Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

Infere-se através do gráfico que a maioria das respostas foi compreendida entre a faixa muito bom/excelente, contanto com 60% das respostas (9). Pondera-se ainda que apenas um dos entrevistados considerou a atuação pouco efetiva (6,7% da amostra).

A pesquisa de Andrade (2020), ao analisar a implantação de um projeto semelhante ao estudado nesta pesquisa, no estado do Ceará, concluiu que o programa chegou a ter uma taxa de aceitação de 85% por parte da comunidade que se dizia satisfeita em relação a este novo modelo de policiamento.

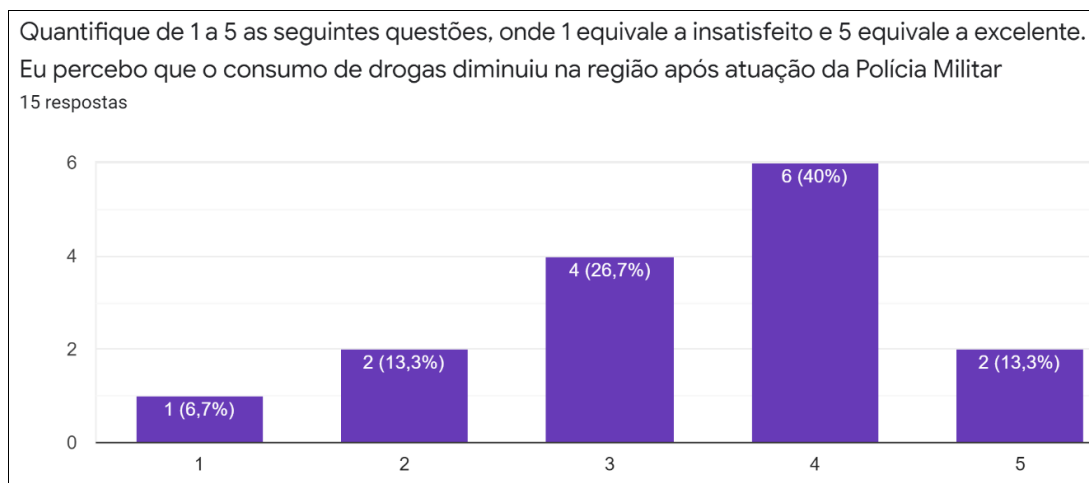
Quando questionados sobre a percepção de diminuição da violência na região, a amostra mostrou-se igualmente dividida, sendo que 5 responderam regular, 5 muito boa e 5 excelente, conforme apresenta-se no Gráfico 3:

Gráfico 3 – Percepção da diminuição da violência na região

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

A diminuição da violência é fator fundamental para a vida em sociedade. A insegurança pública é um problema comunitário, cuja diminuição só será possível com o seu enfrentamento, o qual irá depender do nível de envolvimento dos interessados, comunidade e Estado, como afirma Silva e Borba (2018).

Por fim, o último questionamento objetivo foi referente ao consumo de drogas na região. Para tal, a amostra se mostrou heterogênea, considerando os resultados expressos no Gráfico 4:

Gráfico 4 – Diminuição do consumo de drogas

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

Como é possível identificar através do Gráfico 4, a maioria dos respondentes considerou que houve sim a diminuição do consumo de drogas na região. Entretanto, é importante ressaltar que 7 respondentes consideraram a diminuição entre péssima e regular, compreendendo 46,7%.

Rosa (2021) afirma que a Polícia Comunitária atuando de forma diferenciada, visando, principalmente, o restabelecimento das desigualdades sociais, através do apoio de toda a comunidade, é que, efetivamente, dificultará a formação dos grupos de traficantes, trazendo a criminalidade e a violência a níveis suportáveis.

Para a sequência do questionário, escolheu-se perguntas subjetivas que consideram a percepção de forma aberta a percepção da atuação da Polícia Militar, atividades realizadas e quais pontos de melhoria identificados pela comunidade, expressos nas Tabelas 2, 3 e 4 respectivamente:

Tabela 2 – Percepção dos respondentes referente à atuação da Polícia Militar

Proposição	Quantidade de vezes citada
Boa	2
Muito boa, e deixa as pessoas mais seguras	1
Essencial.	1
Antes da pandemia se tinha mais segurança	1
Muito boa	5
Pode melhorar, se intensificar	3
Me sinto mais seguro na presença da PM	2

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

De acordo com a Tabela 2 é possível identificar quais as proposições mais citadas dentre os entrevistados, sendo “Muito boa” e “Pode melhorar, se intensificar” as de maior pontuação.

Observa-se que a aceitação por parte da comunidade é boa e tal interação é essencial para a efetividade do trabalho da PM. Silva e Borba (2018) afirmam que a principal premissa do policiamento comunitário é o respeito aos princípios dos Direitos Humanos, norteando os serviços de polícia em conformidade com as expectativas da comunidade, sendo necessária a participação dos cidadãos, além de entidades públicas e privadas, na identificação e resolução rápida dos problemas ligados à segurança, visando garantir a qualidade de vida da comunidade.

Andrade (2020) ainda afirma que interação entre policial e comunidade se mostra como efetiva cooperação social que resultará, diretamente, na eficiência de qualquer programa de segurança pública. Segue a Tabela 3:

Tabela 3 – atividades são desenvolvidas pela Polícia Militar e percebidas pela comunidade

Proposições	Quantidade de vezes citada
Rondas	10
Abordagem com suspeitos	5
Policimento ostensivo	5
Impedir consumo de drogas	1

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

Já quando perguntados quais as atividades desenvolvidas pelos policiais e percebidas pela comunidade, rondas, abordagem com suspeitos e policiamento ostensivo foram os mais citados.

Tabela 4 – Pontos de melhoria citados pela comunidade

Proposições	Quantidade de vezes citadas
Fixar horários e rondas	3
Falta policiais femininas.	1
Intensificar o trabalho	3
Aumentar a quantidade de rondas	2
Mais policiamento ostensivo, ronda 24h	1
Intensificar o combate as drogas	2
Aumentar o efetivo	4
Falta ações de prevenção	3

Fonte: Dados coletados pelo Autor (2022)

Por fim, se considera quais pontos de melhorias citados: “aumentar o efetivo”, “ficar horários”, “ações de prevenção” e “intensificação do trabalho”. Uma resposta em especial, afirma que no horário de 12h-13h não há policiamento na região, sendo assim, o horário é pico de assaltos e uso de drogas. Com isso, a sugestão da mesma, seria aumentar o policiamento neste horário em específico.

Referente à citação de participação de policiais do sexo feminino, observa-se que desde a inserção das mesmas na PMMA, em 1982, através da criação do Pelotão PM feminino, que o quantitativo só vem aumentando. Tal fato, como afirma Pinho (2018) refere-se a que a Polícia Militar do Maranhão vem acompanhando as constantes mudanças sociais.

5. CONCLUSÃO

O Policiamento Comunitário é de suma importância para garantias de meios de prevenção e que auxiliam no combate às drogas e a criminalidade. Ao se considerar a região do Centro Histórico da cidade de São Luís, encontra-se uma área de extrema vulnerabilidade social, sendo assim, suscetível ao aumento da criminalidade e uso de drogas. Diante disto, e entendendo a relevância sobre o tema para a sociedade, o presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos Policiamento comunitário em ações de combate ao consumo de drogas no Centro Histórico na cidade de São Luís – MA, pelo Batalhão de Policiamento Militar de Turismo.

Para se atingir tal objetivo, aplicou-se um questionário à Polícia Militar e a comunidade da área em análise. Em ambos os depoimentos, observou-se que o trabalho da PMMA influenciou positivamente na percepção de segurança na região e de forma mais tímida, na diminuição do consumo e comercialização de drogas.

Pode-se concluir através dos dados coletados, tanto da 1º Tenente, quando da comunidade entrevistada que o trabalho desenvolvido pelo Batalhão é de essencial importância para a manutenção de determinados direitos humanos. Entretanto, observa-se que existem alguns pontos de melhoria para o serviço ser considerado efetivo, como uma maior interação entre as partes e intensificação do policiamento ostensivo e da realização de rondas na região, bem como realização de ações preventivas ao consumo de drogas.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, J. P. **A gestão da qualidade na atividade policial civil**. Teresina: Secretaria de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.ssp.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php>. Acesso em: 09 dez. 2021.

ANDRADE, L. Policiamento comunitário no Ceará. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153**, v. 3, n. 7, p. 181-193, 1 set. 2020.

BENGOCHEA, J. L. P. *et al.* **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 18, n.1, pp. 119-131, 2004.

BRASIL. Constituição Federal, Código penal, Código de processo penal, *In*: GOMES, Luiz Flávio (org). **Coletânea de legislação**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Diretrizes e bases da educação nacional. Promulgada em 20/12/1996. São Paulo: ed. Brasil, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Segurança Pública, (Senasp)**. Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária/ Grupo de Trabalho, Portaria SENASP nº 002/2007 - Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, 2007. Disponível em: <<http://www.seguranca.mt.gov.br/UserFiles/File/LIVRO%20DIGITAL%20CNPPC.pdf> >. Acesso em 09 dez. 2021

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar**. Brasília, DF: IBGE, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2010.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas. **11 perguntas para você conhecer a legislação sobre drogas no Brasil**. Florianópolis: Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, 2020. 60 p. Acesso em: 09 dez. 2021.

BRASIL. Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP). **Portaria nº 002/2007**. Curso Nacional de Polícia Comunitária/Grupo de Trabalho. Brasília, DF: SENASP, 2007.

BREWER, J. D. Forças de segurança e legitimação policial. Revista Unidade. Porto Alegre, n.30, p.10, abr/jun.1997.

CAMPOS, S. B. C. *et al.* Educação Patrimonial em São Luís do Maranhão sob a percepção de pesquisadores de instituições de ensino formal e gestores de instituições de preservação. **Patrimônio e Memória**, v. 16, n. 1, p. 319-347, jan. 2020.

CARVALHO, G. S. **Policciamento Comunitário**: origens. São Paulo: PMESP, 1998.

CARVALHO, K. D.; SIMÕES, M. de L. N. Análise do modelo de preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. **Turismo - Visão e Ação**, vol. 14, núm. 2, mai, 2012, pp. 196-213. Universidade do Vale do Itajaí
Camboriú, Brasil

CAVALCANTE NETO, M. L. A Polícia Comunitária no Japão: Uma Vilão Brasileira. Encontro Nacional de Polícia Comunitária, realizado em Brasília/DF, de 13 a 16 de dezembro de 2001. Disponível em:
<http://www.estacaodocomputador.com.br>

Cf. SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policciamento Comunitário**: questões e práticas através do Mundo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

COSTA, C.A.L; ALVES, C.C. Policiamento comunitário na cidade de Lages- SC: Reflexos e reflexões acerca do processo de violência institucional e participação popular. **Rev. do Cejur: Prestação Jurisdicional**, Florianópolis, v.8, n.1, p.1-27.

CUBERO, R.; MORENO, M. C. (1995). "**Relações sociais nos anos escolares: Família, escola, companheiros**". In: Coll, C.; Palácios; J. e Marchesi, A. (orgs.). Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. Porto Alegre, Artes Médicas.

CURY, A. **O Código da Inteligência**: A formação de mentes brilhantes e a busca pela excelência emocional e profissional, Editora Thomas Nelson Brasil, Rio de Janeiro, 2008

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. M. R. **Psicologia na educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

DHNET. **Rede de direitos humanos /bases comunitárias de segurança**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/3exec/novapolicia/abc/bases_comunitarias.htm>. Acesso em: 10 de Jan 2022.

FEIJÓ, A. M. *et al.* O uso das escalas likert nas pesquisas de contabilidade. **RGO – Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 1, p. 27-42, jan. 2020.

FERNANDES, A. Potencialidades do policiamento comunitário na redução do uso da força pelas polícias militares. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 2, p. 160–177, 2021. DOI: 10.31060/rbsp.2021.v15.n2.1269. Disponível em:
<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1269>. Acesso em: 14 jan. 2022.

FERNANDES, R. C. **Policiamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

FERREIRA, D. V. S.; ROSSONI, L.; OLIVEIRA, C. R. Lógicas institucionais do policiamento comunitário: esquema analítico e agenda de pesquisa para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 134-162, jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOLDSTEIN, H. **Policiando uma sociedade livre**. Tradução Marcello Rollemberg. 9º ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003. Série Polícia e Sociedade, n.9. (organização Nancy Candia).

GOVERNO DO MARANHÃO. **Bptur reforça policiamento em áreas turísticas e estreita aços com empresários do setor hoteleiro em São Luís**. 2021. Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/bptur-reforca-policiamento-em-areas-turisticas-e-estreita-lacos-com-empresarios-do-setor-hoteleiro-em-sao-luis/>. Acesso em 07 fev. 2022.

GOVERNO DO MARANHÃO. **Pacto pela Paz - O que é?** 2022. Disponível em: <https://pactopelapaz.ssp.ma.gov.br/o-que-e/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSP. **Projeto de origem norte-americana faz sucesso no INSP**. 2017. Disponível em: <https://insp2.com.br/proerd-na-escola/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (2014). **Centro Histórico de São Luís (MA)**. Brasília: IPHAN.

LEMLE, M. **Policiamento comunitário: evolução, não revolução**. Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MARCINEIRO, N. **Polícia Comunitária: construindo segurança nas sociedades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MASTROFSKI, S. Community policing: a skeptical view. In: WEISBURD, David; BRAGA, Anthony (Ed.). **Police innovation: contrasting perspectives**. New York: Cambridge University Press, 2006.

MARINHO, K. R. L. **Mudanças organizacionais na implantação do policiamento comunitário**. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MENDES, C. S. Centro histórico da cidade de São Luís do Maranhão: da degradação a patrimônio cultural da humanidade. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 12537-12556, mar. 2020.

MENDONÇA, M. **Segurança comunitária**. Disponível em: <http://www.sspj.go.gov.br/policia-comunitaria/aulas-do-curso/policia-comunitaria-sociedade/cap-faria/policia-comunitaria-teoria.ppt>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MESQUITA NETO, P. **Policiamento comunitário e prevenção do crime**: a visão dos coronéis da polícia militar. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100013>. Acesso em: 09 dez. 2021.

MONTEIRO, M. F. **O policiamento comunitário como alternativa à democratização da polícia**. 2005. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Direito, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. **Metodologia da pesquisa para professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MONZON, Diego Luiz. **Criminalidade no Brasil: fatores que fazem dos crimes patrimoniais e do tráfico de drogas os principais responsáveis pelo aumento da criminalidade na última década**. 2020. 40 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Direito e Processo Penal, Faculdade Venda Nova do Imigrante, Vitória - Es, 2020.

NETO, T. D. **Policiamento comunitário e controle sobre a polícia**. 2 ed. São Paulo: Lumen Juris, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

PASCHOARELLI, L. C.; MEDOLA, F. O.; BONFIM, G. H. C. Características Qualitativas, Quantitativas e Quali-quantitativas de Abordagens Científicas: estudos de caso na subárea do Desing Ergonômico. **Revista de Desing, Tecnologia e Sociedade**, v. 1, n. 2, p.65-78, fev. 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/design-tecnologia-sociedade/article/download/.../14151>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

PINHO, H. R. **O trabalho do policial militar de São Luís - MA: um olhar da Psicodinâmica do Trabalho**. 2018. 89f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia/CCH) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

ROCHA JÚNIOR, H. A. **Policiamento comunitário – Uma nova tendência de policiamento**. 2017. 61 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão Integrada da Segurança Pública, Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça - SC, 2017.

ROSA, J. C. V. Policiamento comunitário – uma questão de planejamento estratégico. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.8, p. 84674-84687 ago. 2021.

SANTOS, S. R. dos; SOUZA NETO, V. R. de; PEREIRA, L. R. S.; GÂNDARA, J. M. G.; SILVA, S. R. X. da. Destino Turístico Inteligente: Acessibilidade no Centro Histórico de São Luís – Maranhão, um estudo sobre a Reputação Online no TripAdvisor. **Marketing & Tourism Review**, v. 1, n. 2, 2016. DOI: 10.29149/mtr.v1i2.3843. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/mtr/article/view/3843>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SAPORI, L. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SCHWARTZMAN, S. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1979.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.; COOK, S. **Métodos de pesquisa nas relações sociais: delineamentos de pesquisa**. São Paulo: E.P.U., 1987.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. [s.l.]: [s.n.], 2016.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 15, n. 1, p. 1-14, jun. 2015.

SILVA, D.; BORBA, A. P. A. Policiamento comunitário como política pública para a efetivação do direito fundamental à segurança no município de Santa Cruz do Sul – RS. **Revista de Direito Faculdade Dom Alberto**, 2018, v. 07, n. 01, p. 22-43

SILVA, J. **Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

SILVA, M. C. M. **Polícia Comunitária: como proposta de redução da criminalidade e promoção dos Direitos Humanos**. Monografia (Especialização em Ética e Educação em Direitos Humanos). 63f. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul FACED/UFRGS, 2012.

SKOLNICK, J. H.; BAYLEY, D. H. **Policiamento Comunitário: questões práticas através do Mundo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SOUZA, Elenice. Avaliação do policiamento comunitário em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFMG, 2001.

TROJANOWICZ, R.; BUCQUEROUX, B. **Policiamento Comunitário: como começar**. 2 ed. São Paulo: Editora Parma, 1999.

UNISUL. **Teoria de Polícia Comunitária: modalidade a distância**. Palhoça: Unisul Virtual, 2009

WADMAN, R. C. **Policiamento comunitário: como começar**. RJ: PMERJ, 1994. Prefácio.

ZAGURY, T. **O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil**. Rio de Janeiro, Record: 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO COMANDANTE DA 3ª COMPANHIA DO BATALHÃO DE TURISMO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

ENTREVISTA COM O 1º TENENTE OLIVEIRA, COMANDANTE DA 3ª COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR DO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE TURISMO, LOCALIZADA NA PRAÇA NAURO MACHADO NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS.

- Como foi a aceitação da comunidade?
- Qual os resultados a longo prazo?
- Foi realizado alguma atividade educativa com as famílias, ou crianças que eram flagradas?
- Quanto tempo durou o projeto?
- De que maneira foi feita abordagem?

ANEXO B – QUESTIONÁRIO APLICADO À COMUNIDADE DA REGIÃO EM ANÁLISE

Identificação:

- a) Morador
- b) Comerciante
- c) Turista
- d) Trabalhador da região

Idade: _____

Quantifique de 1 a 5 as seguintes questões, onde 1 equivale a insatisfeito e 5 equivale a excelente

- 1) Eu avalio positivamente a atuação da Polícia Militar do Batalhão de Turismo-BPTur.
- 2) Eu considero que a atuação da Polícia Militar diminuiu a violência na região.
- 3) Eu me considero seguro em circular/morar/trabalhar na Região do Centro Histórico
- 4) Eu percebo que o consumo de drogas diminuiu na região após atuação da Polícia Militar

Questões discursivas

- 1) Cite algumas ações da Polícia Militar na região que podem ser percebidas na região
- 2) Qual a sua percepção sobre a atuação da Polícia Militar?
- 3) Quais sugestões você daria para a BPTur?